

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL LAPA - PARANÁ



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Projeto de Lei nº 099/2013

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a UNIÃO DOS TROPEIROS DA LAPA, para repasse de subvenção mensal e dá outras providências".

Esta <u>COMISSÃO</u> recebe para a análise o Projeto de Lei 099/2013, de autoria do Executivo Municipal, o qual tem por finalidade a autorização para o Executivo Municipal firmar convênio com a União dos Tropeiros da Lapa para o repasse de subvenção, consistente na importância de R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais) mensais, no período de janeiro à dezembro de 2014, perfazendo um total anual de R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais), tendo como início de vigência a data de 02 de janeiro de 2014.

Consta no Projeto que os recursos serão utilizados em aquisições e pagamentos diversos, conforme previsto no Plano de Trabalho – 2014, parte integrante deste Projeto de Lei.

No artigo segundo, consta que a Entidade beneficiada com a aplicação dos recursos, deverá prestar contas mensalmente ao Município e anualmente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná sob pena de suspensão e devolução dos recursos não aplicados na designação mencionada.

6

D.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL LAPA - PARANÁ



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Por fim, prevê que as despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária.

Neste sentido, trata o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Resolução n.º 1 de 24 de janeiro de 2006:

Art. 227. Para os fins deste Regimento Interno e observado o disposto no inciso VI, do art. 1° e § 1°, do art. 95, da Lei Complementar n° 113/2005, considera-se transferência voluntária o repasse de recursos correntes ou de capital por entidades da administração pública estadual ou municipal a outra pessoa jurídica de direito público federal, estadual ou municipal ou a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, a título de convênio, auxílio, acordo, cooperação, contribuição, subvenção social, ajustes ou outros instrumentos congêneres, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Resolução nº 2/2006) (Grifou-se)

(...)

Art. 228. As contas das transferências repassadas por entidades da administração pública estadual e municipal serão prestadas pelas entidades beneficiárias dos recursos ao órgão repassador, que o instruirá e encaminhará ao Tribunal, na forma e nos prazos estabelecidos em Resolução, sob pena de instauração de tomada de contas. (Grifou-se)

Na justificativa apresentada o autor esclarece o relevante benefício social prestado pela **Entidade de caráter cultural, sem fins lucrativos**, não sendo razoável que o Município crie instituições ou contrate servidores para atender áreas onde a iniciativa privada já atua com proficiência.

6

Ø.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL LAPA - PARANÁ



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Lei Orgânica Municipal prevê que:

Art. 115 - São vedados:

(...)

X - a subvenção ou auxílio do Poder Público às entidades de previdência privada com fins lucrativos.

Art. 163 - É vedado ao Município a subvenção a entidades desportivas profissionais.

Portanto, verifica-se que o Projeto em comento está em consonância com os dispositivos supracitados.

Diante do exposto, esta Comissão é <u>FAVORÁVEL</u> ao Projeto de Lei ora apresentado, tendo em vista que está em conformidade com as normas jurídicas aplicáveis, podendo o mesmo ter o seu regular prosseguimento nesta Casa de Leis com a deliberação pelo Douto Plenário.

É o parecer.

Poder Legislativo Municipal em 27 de fevereiro de 2014.

Élio Narlok Wesolowski Relator

elbn Bueno Moreira Presidente

man mose Horning

Member